

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 07 de outubro de 2010.

Edição nº 540

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Boletim	2
Editais	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	2
Súmulas de contrato e convênios	3
Avisos de licitações	5
Concursos Públicos	5
Editais	5

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins	6
----------------	---



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de outubro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 540

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM Nº 480/2010

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- a Portaria nº 2169/2010, que designou o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Dr. LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI, para, na condição de representante do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, firmar Termo de Cooperação com o Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública – CONSEPRO e a Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, objetivando o estabelecimento de parceria no sentido de realização do “I Concurso Ministério Público/CONSEPRO de Responsabilidade Socioambiental” (PR.00020.00107/2010-6 - Port. 2460/10).

DESIGNAR

- o Coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, Promotor de Justiça Dr. JÚLIO ALFREDO DE ALMEIDA, para, na condição de representante do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, firmar Termo de Cooperação com o Conselho Comunitário Pró-Segurança Pública – CONSEPRO e a Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, objetivando o estabelecimento de parceria no sentido de realização do “I Concurso Ministério Público/CONSEPRO de Responsabilidade Socioambiental” (PR.00020.00107/2010-6 - Port. 2461/10).

- nos termos do § 2º, do artigo 2º, do Provimento nº 38/2006, com a redação do Provimento nº 31/2009, o Procurador de Justiça, Dr. RICARDO DE OLIVEIRA SILVA, matrícula nº 12048755, para, sem ônus para o Estado e sem prejuízo de suas funções, acompanhar a tramitação do processo legislativo de projetos de lei de interesse do Ministério Público (Port. 2463/10).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de outubro de 2010.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 173/2010 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí promoveu o arquivamento do Inquérito Civil nº 00783.00005/2009, em que reclamante Glênio Léo Dias.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de outubro de 2010.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 174/2010 - PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo promoveu o arquivamento da Peça de Informação nº 00872.00020/2010, em que reclamante pessoa não identificada.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de outubro de 2010.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 481/2010

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, ALINE FRARE ARMBORST, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, Classe “O”, em virtude de aprovação em concurso, no qual obteve o quadragésimo sétimo (47º) lugar na Lista da Classificação Geral Estadual, face ao esgotamento da lista de classificação da região e à opção por última chamada (Port. 2482/10).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, CYNTHIA TEIXEIRA BASTOS, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, Classe “O”, em virtude de aprovação em concurso, no qual obteve o quadragésimo oitavo (48º) lugar na Lista da Classificação Geral Estadual, face ao esgotamento da lista de classificação da região e à opção por última chamada (Port. 2483/10).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, RAFAEL DELVALHAS LIEDTKE, para exercer o cargo de Assistente de Promotoria de Justiça, Classe “O”, em virtude de aprovação em concurso, no qual obteve o décimo (10º) lugar na Lista da Região da Produção, face ao esgotamento da lista de classificação da região e à opção por última chamada (Port. 2484/10).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 07 de outubro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de outubro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 540

SÚMULA DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROCESSO Nº 11488-09.00/09-8 CONVITE Nº 24/09

CONTRATADA: PÚBLICA COMUNICAÇÃO LTDA.; **OBJETO:** acréscimo ao valor inicial do Contrato de Prestação de Serviços – AJDG nº 159/09, referente à Etapa 3, Item Capacitação, da quantia de R\$ 3.350,00 (três mil, trezentos e cinquenta reais); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 2945, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3902; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 65, inc. I, b, e § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de outubro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE OBRA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PROCESSO Nº 3937-09.00/10-9 CONVITE Nº 35/10

CONTRATADA: TONIOLO INDÚSTRIA DE ESQUADRIAS E ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA.; **OBJETO:** prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, visando à execução da cobertura do estacionamento da Promotoria de Justiça de Nova Prata, situada na Rua Henrique Lenzi, nº 628; **VALOR TOTAL:** R\$ 94.845,80; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51/5103; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de outubro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO CO.22269

CONTRATADA: RBS – ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S/A; **OBJETO:** renovação de 01 (uma) assinatura anual do Jornal Pioneiro, código 217732, para as Promotorias de Justiça de Caxias do Sul; **VALOR TOTAL:** R\$ 545,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 05/10/2010, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Delmar Pacheco da Luz.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 05 de outubro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DE TERMO DE COOPERAÇÃO PROCESSO Nº PR.01381.00230/2010-7

PARTES: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e a Comunidade Terapêutica Centro Vita de Caxias do Sul. **OBJETO:** Aproveitamento de resíduos sólidos de equipamentos eletro-eletrônicos provenientes de máquinas "caça-níqueis" e afins, para reinserção social de dependentes químicos e a sustentabilidade do Centro Vita, projetos de inclusão digital, geração de renda e trabalho à população vulnerável e em situação de risco social, a partir da produção de equipamentos de informática, mobiliário e obras de decoração. **PRAZO:** 02 (dois) anos. **DATA DA ASSINATURA:** 30/09/2010.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06/10/2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

APOSTILA PROCESSO Nº 3164-09.00/10-0 CONVITE Nº 27/10

A DIRETORA-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar o Contrato de Obra e Serviços de Engenharia - AJDG nº 82/10, celebrado com a empresa Tecnoeng Construções Ltda., vencedora do Convite nº 27/10, que tem por objeto a execução da cobertura do estacionamento da Promotoria de Justiça de São Sepé, incluindo a prestação de serviços e o fornecimento de materiais, para fazer constar que sua dotação orçamentária, prevista na cláusula décima terceira, será alterada para a que segue: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de outubro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

APOSTILA PROCESSO Nº 3392-09.00/10-7 CONVITE Nº 34/10

A DIRETORA-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar o Contrato de Obra e Serviços de Engenharia - AJDG nº 102/10, celebrado com a empresa Construtora Construfaz Ltda., vencedora do Convite nº 34/10, que tem por objeto a manutenção e a reforma do prédio sede das Promotorias de Justiça de Santo Ângelo, incluindo o fornecimento de materiais, para fazer constar que sua dotação orçamentária, prevista na cláusula décima terceira, será alterada para a que segue: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de outubro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de outubro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 540

APOSTILA

PROCESSO Nº 2714-09.00/10-3

CONVITE Nº 15/10

A **DIRETORA-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar o Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia - AJDG nº 57/10, celebrado com a empresa Sulobras Materiais de Construção Ltda., vencedora do Convite nº 15/10, que tem por objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, visando à manutenção e à reforma do prédio sede das Promotorias de Justiça de Santa Rosa, para fazer constar que sua dotação orçamentária, prevista na cláusula décima terceira, será alterada para a que segue: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de outubro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

APOSTILA

PROCESSO Nº 2817-09.00/10-0

CONVITE Nº 20/10

A **DIRETORA-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar o Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia - AJDG nº 71/10, celebrado com a empresa Alfa Sul Engenharia Ltda., vencedora do Convite nº 20/10, que tem por objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, visando à manutenção e à reforma do prédio sede da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado, para fazer constar que sua dotação orçamentária, prevista na cláusula décima terceira, será alterada para a que segue: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de outubro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

APOSTILA

PROCESSO Nº 2636-09.00/10-4

CONVITE Nº 19/10

A **DIRETORA-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar o Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia - AJDG nº 76/10, celebrado com a empresa Rafael Goularte Ortiz – Projeto – Escritório de Arquitetura & Urbanismo, vencedora do Convite nº 19/10, que tem por objeto a elaboração de projetos

hidrossanitários e de prevenção e proteção contra incêndio para ampliação da sede da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, bem como construção de sedes novas para as Promotorias de Justiça de São Luiz Gonzaga e Vacaria, para fazer constar que sua dotação orçamentária, prevista na cláusula décima terceira, será alterada para a que segue: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de outubro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

APOSTILA

PROCESSO Nº 3201-09.00/10-0

CONVITE Nº 28/10

A **DIRETORA-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar o Contrato de Obra e Serviços de Engenharia - AJDG nº 83/10, celebrado com a empresa Tecnoeng Construções Ltda., vencedora do Convite nº 28/10, que tem por objeto a execução da cobertura do estacionamento da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre, incluindo a prestação de serviços e o fornecimento de materiais, para fazer constar que sua dotação orçamentária, prevista na cláusula décima terceira, será alterada para a que segue: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de outubro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

APOSTILA

PROCESSO Nº 3221-09.00/10-3

CONVITE Nº 30/10

A **DIRETORA-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar o Contrato de Obra e Serviços de Engenharia - AJDG nº 81/10, celebrado com a empresa Construtora Construfaz Ltda., vencedora do Convite nº 30/10, que tem por objeto a manutenção das fachadas e a reforma da sala 1.003, 10º andar, do prédio sede das Promotorias de Justiça Especializadas, situado na Rua Santana, nº 440, nesta Capital, incluindo o fornecimento de materiais, para fazer constar que sua dotação orçamentária, prevista na cláusula décima terceira, será alterada para a que segue: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de outubro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de outubro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 540

APOSTILA

PROCESSO Nº 10636-09.00/08-4

TOMADA DE PREÇOS Nº 19/08

A DIRETORA-GERAL da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, resolve apostilar o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços e Obras de Engenharia - AJDG nº 163/08, celebrado com a empresa Fator Engenharia Ltda., vencedora da Tomada de Preços nº 19/08, para fazer constar que sua dotação orçamentária, prevista na cláusula segunda do referido aditivo contratual, será alterada para a que segue: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 1764, Natureza da Despesa 4.4.90.51, Rubrica 5103.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de outubro de 2010.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

Aviso de abertura de licitação

Tomada de Preços nº 09/2010 (Processo nº 004310-09.00/10-4) **Tipo** menor preço global. **Objeto:** contratação de prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais, visando a construção do prédio do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul na cidade de Catuípe, na Rua Coronel Bicaco, s/nº, lote 07, quadra nº 08, setor, 06, conforme Edital e seus Anexos. Área total: 206,38m². **Preço orçado:** R\$ 623.077,10. **Prazo:** 10 meses. **Data e horário de abertura:** 25/10/2010, às 10 horas. **Local:** Rua General Andrade Neves, 106, 17º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **Edital:** <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/precos>. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei nº 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 06 de outubro de 2010.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO DO QUADRO DE PESSOAL DE PROVIMENTO EFETIVO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA – SERVIÇOS AUXILIARES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 373/2010

A Procuradoria-Geral de Justiça, tendo em vista o Concurso Público para provimento do cargo de Agente Administrativo para o Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça – Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Edital nº 347/2010, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Rio Grande do Sul em 22 de setembro de 2010 **RESOLVE:**

I. **PRORROGAR** o período de inscrições até as 18h do dia 22/10/2010 (horário de Brasília), por meio da Internet.

1. As inscrições serão realizadas de acordo com os itens 3 e 4 do Capítulo IV do Edital de Abertura de Inscrições.

2. Em razão da referida prorrogação o pagamento referente à inscrição deverá ser efetuado por meio de boleto bancário, pagável em qualquer agência bancária até a data limite de **25/10/2010**, no valor de **R\$ 84,90 (oitenta e quatro reais e noventa centavos)**.

2.1 Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

3. Os candidatos que já efetuaram a inscrição e possuem boleto bancário com vencimento para 13/10/2010, caso queiram, poderão acessar o site da Fundação para Chagas (www.concursosfcc.com.br) e gerar novo boleto com vencimento em 25/10/2010.

II. **PRORROGAR** o período de **solicitação de isenção de pagamento do valor da inscrição** até as 18h do dia 22/10/2010 (horário de Brasília), por meio da Internet.

1. As inscrições serão realizadas de acordo com o item 11 do Capítulo IV do Edital de Abertura de Inscrições.

III. **COMUNICAR** a alteração da data prevista para aplicação da Prova Objetiva para o dia **18/12/2010**.

IV. **DIVULGAR**, em razão da prorrogação das inscrições e alteração da data de aplicação das provas, o Cronograma de Atividades atualizado que será disponibilizado no site da Fundação Carlos Chagas (www.concursosfcc.com.br) a partir da publicação deste Edital.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre/RS, 06 de outubro de 2010.

DIOMAR JACINTA RECH,
Presidente da Comissão de Concurso.

EDITAL Nº 371/2010

Resultado do Edital nº 356/2010

REMOÇÃO DE ASSISTENTE
DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.00890/2010-5, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfl/remocoes>) o resultado da remoção referente ao Edital nº 356/2010.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 07 de outubro de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.



**EDITAL Nº 372/2010
REMOÇÃO DE ASSISTENTE
DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA**

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfr/remocoes>) a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 07 de outubro de 2010.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM Nº 09/2010 - CAOMA

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE cientifica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis:

AGUDO

1) Inquérito Civil instaurado pela portaria nº 00710.00015/2010, pelo Promotor de Justiça Sandro Loureiro Marones, em substituição, da Promotoria de Justiça de Agudo, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, consistente em manter em depósito 65 metros estéreis de lenha nativa das espécies branquilha, guajuvira, camboatá, ingazeiro e canela, sem autorização do órgão ambiental competente, na localidade de Linha Patrícia, interior do Município de Paraíso do Sul.

2) Inquérito Civil instaurado pela portaria nº 00710.00016/2010, pelo Promotor de Justiça Sandro Loureiro Marones, em substituição, da Promotoria de Justiça de Agudo, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, consistente em manter em depósito 92 metros estéreis de lenha nativa das espécies canela, angico, uva do japo, guaica e branquilha, sem autorização do órgão ambiental competente, na localidade de Linha Patrícia, interior do Município de Paraíso do Sul.

3) Inquérito Civil instaurado pela portaria nº 00710.00017/2010, pelo Promotor de Justiça Sandro Loureiro Marones, em substituição, da Promotoria de Justiça de Agudo, com a finalidade de apurar possível dano ambiental, consistente no descapoeiramento em uma taipa, em açude de 02 hectares, totalizando uma área de 83 metros de comprimento por 12 metros de largura, atingindo as seguintes espécies: mamica-de-cadela, carvalhinho, vassoura branca e caraguatás, sem autorização do órgão ambiental competente, na localidade de Capão Grande, interior do Município de Paraíso do Sul.

ARROIO DO MEIO

1) Inquérito Civil nº 00715.00006/2010, pelo Promotor de Justiça Paulo Estevam Araujo, da Promotoria de Justiça de Arroio do Meio, com a finalidade de investigar a criação de animais em zona urbana no Município de Pouso Novo – RS.

2) Inquérito Civil nº 00715.00023/2010, pelo Promotor de Justiça Paulo Estevam Araujo, da Promotoria de Justiça de Arroio do Meio, com a finalidade de investigar poluição sonora produzida pela Igreja Evangélica sita na Rua Prof. Alvino Schneider, 290, Bairro Novo Horizonte, ao lado do nº 290, em Arroio do Meio - RS.

ARROIO GRANDE

1) Inquérito Civil nº 00716.00013/2010, pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, da Promotoria de Justiça de Arroio Grande, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente de abertura de açude sem licença ambiental por Fábio de Brito Munoz na Estrada do Passo do Simão, município de Arroio Grande.

AUGUSTO PESTANA

1) Inquérito Civil nº 00937.00015/2010, pela Promotora de Justiça Tânia M. Schneider Cavalini, da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, com a finalidade de apurar a prática, em tese, de crime contra a Flora consistente em impedir e dificultar a regeneração natural através da limpeza e abertura de valas sem autorização do Órgão Ambiental Competente, na Localidade de Passo de Souza, interior do Município de Jói.

2) Inquérito Civil nº 00937.00010/2010, pela Promotora de Justiça Tânia M. Schneider Cavalini, da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, com a finalidade de apurar a prática de dano ambiental consistente em envaletamento de um área de 3,92 hectares, em área de preservação permanente, sem autorização do Órgão Ambiental Competente, na Localidade de São Jorge do Cará, próximo ao trevo da RS 522, no interior do Município de Jói.

3) Inquérito Civil nº 00937.00011/2010, pela Promotora de Justiça Tânia M. Schneider Cavalini, da Promotoria de Justiça de Augusto Pestana, com a finalidade de apurar a destruição através de ação Antrópica de vegetação nativa com fisionomia arbustiva/arbórea em uma área de seis mil e oitocentos metros quadrados, fora de área de preservação permanente, sem autorização do Órgão Ambiental Competente, na Localidade de Esquina São Jorge, Cará, interior do Município de Jói.

BAGÉ

1) Inquérito Civil nº 00718.00071/2010, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, com a finalidade de apurar a notícia de danos ambientais decorrentes do uso de fogo em área agropastoril sem licença, permissão ou autorização do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil nº 00718.00073/2010, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, com a finalidade de apurar a ocorrência de danos ambientais decorrentes de pesca com petrechos proibidos sem licença, permissão ou autorização do órgão ambiental competente.



3) Inquérito Civil nº 00718.00074/2010, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, com a finalidade de apurar a notícia de sistema e descarte de esgotamento sanitário irregulares em loteamento habitacional.

4) Inquérito Civil nº 00718.00076/2010, pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, da Promotoria de Justiça Especializada de Bagé, com a finalidade de apurar a perturbação de sossego por ruídos produzidos por distribuidora de bebidas.

BENTO GONÇALVES

1) Inquérito Civil nº 00722.00055/2007, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, com a finalidade de investigar a existência de infração ambiental pela queimada de vegetação nativa fora de área de preservação permanente, sem licença do órgão florestal do estado.

2) Inquérito Civil nº 00722.00058/2010, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, com a finalidade de averiguar exercício de atividade de potencial poluidor (fabricação de móveis) sem licença de operação.

3) Inquérito Civil nº 00722.00079/2010, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, com a finalidade de averiguar denúncia de poluição sonora.

4) Inquérito Civil nº 00722.00083/2010, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, com a finalidade de averiguar ocorrência de poluição sonora.

5) Inquérito Civil nº 00722.00084/2010, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, com a finalidade de averiguar transtornos produzidos pela Empresa Moinhos Tondo S/A aos moradores vizinhos ao local.

6) Inquérito Civil nº 00722.00085/2010, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, com a finalidade de averiguar dano ambiental pelo lançamento indevido de borra de galvanoplastia na estrada da linha Buratti, neste Município.

7) Inquérito Civil nº 00722.00086/2010, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, com a finalidade de averiguar delito ambiental pela supressão de vegetação nativa, sem a necessária Licença Florestal.

8) Inquérito Civil nº 00722.00109/2007, pelo Promotor de Justiça Elcio Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça Especializada de Bento Gonçalves, com a finalidade de averiguar eventual existência de infração de natureza pelo corte de vegetação nativa, em área de preservação permanente, sem autorização do órgão competente.

BOM JESUS

1) Portaria de Aditamento ao Inquérito Civil nº 00725.00004/2010, pela Promotora de Justiça Luziari Carolina Tramontina, da Promotoria de Justiça de Bom Jesus, com a finalidade de apurar atividade poluidora, serraria instalada em área de preservação permanente (mata ciliar de córrego d'água), sem licença do órgão ambiental competente e gerando poluição decorrente do banho químico realizado em tanque sem atender normas ambientais vigentes, na propriedade do investigado, localizada na RS 439, Km 1,5 estrada Jaquirana/Bom Jesus, referência Hípica, no Município de Jaquirana/RS.

BUTIÁ

1) Inquérito Civil nº 00938.00001/2010, pelo Promotor de Justiça Plínio Castanho Dutra, da Promotoria de Justiça de Butiá, com a finalidade de investigar a situação de limpeza do reservatório de água que abastece Butiá e Minas do Leão, bem como quanto à segurança da estrutura do local, a fim de se evitar a falta d'água, figurando como investigado a CORSAN.

2) Inquérito Civil nº 00938.00004/2010, pela Promotora de Justiça Camila Santos da Cunha, da Promotoria de Justiça de Butiá, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente da produção de carvão sem o devido licenciamento.

3) Inquérito Civil nº 00938.00005/2010, pela Promotora de Justiça Camila Santos da Cunha, da Promotoria de Justiça de Butiá, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente da realização de pesca irregular.

4) Inquérito Civil nº 00938.00007/2010, pela Promotora de Justiça Camila Santos da Cunha, da Promotoria de Justiça de Butiá, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente do mau cheiro oriundo de esgoto despejado em córrego situado nos fundos da residência da reclamante pela Escola Estadual Marechal Rondon.

5) Inquérito Civil nº 00938.00015/2010, pela Promotora de Justiça Camila Santos da Cunha, da Promotoria de Justiça de Butiá, com a finalidade de investigar o exercício de atividade potencialmente poluidora sem licença ambiental.

6) Inquérito Civil nº 00938.00016/2010, pela Promotora de Justiça Camila Santos da Cunha, da Promotoria de Justiça de Butiá, com a finalidade de investigar exercício de atividade potencialmente poluidora sem licença ambiental.

7) Inquérito Civil nº 00938.00017/2010, pela Promotora de Justiça Camila Santos da Cunha, da Promotoria de Justiça de Butiá, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades no corte/poda de árvores na praça Santa Terezinha.

8) Inquérito Civil nº 00938.00018/2010, pela Promotora de Justiça Camila Santos da Cunha, da Promotoria de Justiça de Butiá, com a finalidade de possíveis irregularidades na Sociedade Butiá Tênis Clube.

CAÇAPAVA DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00726.00038/2010, pela Promotora de Justiça Karinna Licht Orlandi Goulart, da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul, com a finalidade de averiguar irregularidades no funcionamento de Posto de Combustível Irmãos Cantarelli, sito na Avenida Presidente Kennedy, nº 1975, no Município de Caçapava do Sul no que se refere as bombas de combustível e rampa de lavagem de veículos.

2) Inquérito Civil nº 00726.00039/2010, pela Promotora de Justiça Karinna Licht Orlandi Goulart, da Promotoria de Justiça de Caçapava do Sul, com a finalidade de apurar irregularidade na coleta e destinação de resíduos provenientes do esgoto gerado pela Universidade Federal do Pampa, Unipampa, campus de Caçapava do Sul, no Município de Caçapava do Sul.

CACHOEIRA DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00728.00036/2010, pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeira do Sul, com a finalidade de apurar a omissão do Município de Cachoeira do Sul no cuidado com o bem inventariado como patrimônio histórico, na Rua Júlio de Castilhos, nº 546.



CACHOEIRINHA

1) Inquérito Civil nº 01127.00037/2010, pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha, com a finalidade de apurar possível existência de poluição ambiental no terreno localizado na Rua Gildo de Freitas, Distrito Industrial, em Cachoeirinha, ao lado da casa de número 205, provocado por Silvano.

2) Inquérito Civil nº 01127.00038/2010, pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha, com a finalidade de apurar disposição inadequada de resíduos sólidos em frente a Unidade de Conservação Parque Tancredo Neves, em Cachoeirinha, praticado pela Empresa Instaladora Elétrica Mercúrio LTDA.

3) Inquérito Civil nº 01127.00041/2010, pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha, com a finalidade de apurar a existência de crime contra fauna, consiste na manutenção em cativeiro de pássaros silvestres, localizados na propriedade de Paulo Roberto Deczuta, residente na Rua São Salvador, 365, Vista Alegre, nesta Cidade.

4) Inquérito Civil nº 01127.00042/2010, pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha, com a finalidade de verificar a poluição ambiental pela deposição irregular de resíduos na Rua Jamelão, aos fundos do Parque Tancredo Neves.

CAMPINA DAS MISSÕES

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 012/2010, pela Promotora de Justiça Cristiane Mello de Bona, da Promotoria de Justiça de Campina das Missões, com a finalidade de investigar os possíveis danos ambientais decorrentes do corte raso de floresta nativa em área aproximada de 135m² e o uso de fogo em área aproximada de 1125m², ambos fora de área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 013/2010, pela Promotora de Justiça Cristiane Mello de Bona, da Promotoria de Justiça de Campina das Missões, com a finalidade de investigar os possíveis danos ambientais decorrentes do uso de fogo em área aproximada de 750m², na qual situavam-se espécies nativas, fora de área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente.

CAMPO BOM

1) Inquérito Civil nº 00734.00017/2010, pela Promotora de Justiça Mari Oni Santos da Silva, da Promotoria de Justiça de Campo Bom, com a finalidade de investigar dano ambiental.

CAPÃO DA CANOA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 121/2010, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, com a finalidade de investigar captação de água subterrânea sem outorga do DRH, que abastece a residência de propriedade do Sr. Juarez Perozzo, localizada na Rua 18, fundos, nº 113, em Capão da Canoa.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 122/2010, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, com a finalidade de construções irregulares nas quadras 31 e 32, Posto 05, em Capão Novo, com a liberação, por parte da Prefeitura Municipal de Capão da Canoa, de habite-se.

3) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 123/2010, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, com a finalidade de investigar instalação do Condomínio denominado Capão da Canoa Ilhas Park, ante a possibilidade de poluição da Lagoa dos Quadros, da vegetação e da fauna características do local.

4) Inquérito Civil nº 113/2010, pela Promotora de Justiça Caroline Gianlupi, da Promotoria de Justiça de Capão da Canoa, com a finalidade de averiguar notícia de corte de árvores na Rua Bom Jesus, em Remanso, Xangri-lá, pela Prefeitura municipal, ocasionando prejuízo aos moradores daquele bairro.

CARAZINHO

1) Inquérito Civil nº 00742.00044/2010, pelo Promotor de Justiça Felipe Teixeira Neto, da Promotoria de Justiça Especializada de Carazinho, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente da supressão indevida de vegetação nativa, em área de preservação permanente, sem licença do órgão ambiental competente, em área urbana, no Município de Carazinho.

2) Inquérito Civil nº 00742.00045/2010, pelo Promotor de Justiça Felipe Teixeira Neto, da Promotoria de Justiça Especializada de Carazinho, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente da supressão indevida de 983m² de vegetação nativa e da disposição indevida de resíduos sólidos (restos de caixões, materiais de construção, plásticos, coroas de flores etc.), tudo sem licença do órgão ambiental competente e fora de área de preservação permanente, no Cemitério Luterano, no Município de Coqueiros do Sul.

3) Inquérito Civil nº 00742.00046/2010, pelo Promotor de Justiça Felipe Teixeira Neto, da Promotoria de Justiça Especializada de Carazinho, com a finalidade de apurar dano ambiental decorrente da supressão indevida de 170m² de vegetação nativa e da disposição indevida de resíduos sólidos (restos de caixões, materiais de construção, plásticos, coroas de flores etc.), tudo sem licença do órgão ambiental competente e fora de área de preservação permanente, no Cemitério Católico, no Município de Coqueiros do Sul.

CAXIAS DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00748.00100/2010, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar possíveis danos ambientais pela ocorrência de poluição sonora, em igreja localizada na Rua Emílio Ernesto Schmidt, 177, Jardim Teresópolis, nesta Cidade.

2) Inquérito Civil nº 00748.00259/2010, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar possíveis danos à paisagem em razão de poda feita em plátanos localizados no Parque Getúlio Vargas (Macaquinhos), nesta Cidade.

3) Inquérito Civil nº 00748.00266/2010, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar possíveis danos ambientais pelo exercício de atividade potencialmente poluidora sem licenciamento, em funilaria localizada na Rua Eleutério Roncada, 2395, Bairro Floresta, nesta Cidade.



4) Inquérito Civil nº 00748.00247/2010, pela Promotora de Justiça Janaina de Carli dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de investigar poluição sonora da empresa CNCS TECNOLOGIA EM USINAGEM.

CERRO LARGO

1) Inquérito Civil nº 017/2010, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, da Promotoria de Justiça de Cerro Largo, com a finalidade de averiguar as condições de armazenamento de pneus usados e da manutenção de piscina, na Rua do Imigrante, 1570, centro, Salvador das Missões, RS.

2) Inquérito Civil nº 018/2010, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, da Promotoria de Justiça de Cerro Largo, com a finalidade de averiguar a regularidade da atividade de suinocultura desenvolvida na localidade de Linha Sede, São Pedro do Butiá, RS.

3) Inquérito Civil nº 019/2010, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, da Promotoria de Justiça de Cerro Largo, com a finalidade de averiguar a regularidade das obras de ampliação de açudes realizadas na Rua Tiradentes, Salvador das Missões, RS.

4) Inquérito Civil nº 020/2010, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, da Promotoria de Justiça de Cerro Largo, com a finalidade de averiguar a regularidade da atividade de suinocultura e os possíveis danos ao meio ambiente decorrentes do vazamento de efluentes de esterqueira na Linha Santo Antônio, SN, Cerro Largo, RS.

CONSTANTINA

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 08/2010, pela Promotora de Justiça Kátia Regina Griza, da Promotoria de Justiça de Constantina, com a finalidade de apurar irregularidades no funcionamento da empresa Metalúrgica e Esquadrias KS, especialmente no que se refere à ausência de licença do órgão ambiental competente para o funcionamento da atividade e outras irregularidades noticiadas no Termo Circunstanciado Ambiental nº 2.1.163-07-2010, encaminhado pelo 2º Grupo de Polícia Ambiental de Carazinho.

2) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 09/2010, pela Promotora de Justiça Kátia Regina Griza, da Promotoria de Justiça de Constantina, com a finalidade de apurar a possível prática de dano ambiental, consistente no destoque de tocos e árvores nativas em área de 300m², abertura de valas junto a nascentes de água e manutenção de ave silvestre em cativeiro, em área rural situada na Linha Agati, em Constantina, RS, conforme noticiado no Termo Circunstanciado Ambiental nº 2.1.0169-08-10, encaminhado pelo 2º Grupo de Polícia Ambiental de Carazinho.

CORONEL BICACO

1) Inquérito Civil nº 00941.00004/2010, pelo Promotor de Justiça Ronaldo Adriano de Almeida Arbo, da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco, com a finalidade de apurar a possível prática de dano ambiental, decorrente de irregularidades em instalações de lavagem de veículos, constatada em 12 de maio deste ano, no Parque de Máquinas do Município de Redentora. Conste, como investigado, o Município de Redentora/RS.

2) Inquérito Civil nº 00941.00007/2010, pelo Promotor de Justiça Ronaldo Adriano de Almeida Arbo, da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco, com a finalidade de apurar dano ambiental, consistente na drenagem de uma área de banhado de 1ha (um hectare), constatada em 05-08-10, na propriedade de Antonio Ventz da Rosa, situada na localidade de Esquina Evangélica, interior do Município de Coronel Bicaco.

CRISSIUMAL

1) Inquérito Civil nº 00753.00020/2010, pela Promotora de Justiça Anamaria Thomaz, da Promotoria de Justiça de Crissiumal, com a finalidade de investigar dano ambiental, consistente na existência de 05 fornos de carvão e 40 metros estéreos de lenha nativa, sem licença, nem autorização do órgão competente.

2) Inquérito Civil nº 00753.00021/2010, pela Promotora de Justiça Anamaria Thomaz, da Promotoria de Justiça de Crissiumal, com a finalidade de investigar posse irregular de 02 fornos de carvão, sem licenciamento para exercer tal atividade, bem como efetuou corte raso de mata nativa, em uma área de 1,3 hectares, em uma área de preservação permanente, sem autorização do órgão competente.

3) Inquérito Civil nº 00753.00022/2010, pela Promotora de Justiça Anamaria Thomaz, da Promotoria de Justiça de Crissiumal, com a finalidade de investigar dano ambiental, consistente no corte de mata nativa em uma área de 30 metros quadrados em área de preservação permanente e depósito de 1,5 metros estéreos de lenha nativa, sem licença, nem autorização do órgão competente.

4) Inquérito Civil nº 00753.00023/2010, pela Promotora de Justiça Anamaria Thomaz, da Promotoria de Justiça de Crissiumal, com a finalidade de investigar dano ambiental, consistente no corte raso em uma área de 0,7 hectares de mata nativa e uso de fogo na mesma área de 0,8 hectares, para fins agropastoris, totalizando 1,5 hectares, sem licença, nem autorização do órgão competente.

CRUZ ALTA

1) Inquérito Civil nº 00754.00035/2010, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, com a finalidade de apurar possível ocorrência de infração ambiental em razão do uso de fogo em área urbana, sem autorização do órgão ambiental competente, na propriedade de Carlos Alberto Faccin, localizada na Rua Atanagildo Pinto Martins, nº 182, próximo ao EASA, bairro Prefeito Vila Nova, Cruz Alta/RS.

2) Inquérito Civil nº 00754.00036/2010, pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental em decorrência do funcionamento de atividade potencialmente poluidora, consistente na manutenção de uma oficina mecânica, uma pista de lavagem de veículos e uma pista de abastecimento, todos localizados na Rua Ipiranga, n.º 59, nesta Cidade, sem autorização do órgão ambiental competente, pela empresa de transporte coletivo Nossa Senhora de Fátima.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 07 de outubro de 2010.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 540

DOM PEDRITO

1) Inquérito Civil nº 10/2010, pela Promotora de Justiça Janine Rosi Faleiro, da Promotoria de Justiça de Dom Pedrito, com a finalidade de apurar a possível construção de barragem na propriedade de Carlos Leonel Alves Brum sem o devido licenciamento ambiental.

ERECHIM

1) Inquérito Civil nº 00762.00140/2010, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de apurar a ocorrência de poluição sonora do estabelecimento Burn, localizado na Av. Germano Hoffmann, nº 245, Município de Erechim.

2) Inquérito Civil nº 00762.00136/2010, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de apurar o corte raso de árvores nativas (timbó, canela e rabo de bugio), sem autorização do órgão ambiental competente, atingindo 0,4 hectare, fato constatado no dia 16 de agosto de 2010, na Linha Dez, Município de Cruzaltense (RS), tendo como investigado Paulo Karlinski.

3) Inquérito Civil nº 00762.00137/2010, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de apurar o exercício de atividade potencialmente poluidora, em área de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado no dia 17 de agosto de 2010, na Linha Onze, Município de Cruzaltense (RS), tendo como investigado Ademir Paidá.

4) Inquérito Civil nº 00762.00138/2010, pelo Promotor de Justiça João Fábio Munhoz Manzano, da Promotoria de Justiça Especializada de Erechim, com a finalidade de apurar supressão mediante destoque de vegetação nativa em formação, atingindo uma área de 700 m², sem autorização do órgão ambiental competente, fato constatado no dia 14 de agosto de 2010, na Linha Dez, Município de Cruzaltense (RS), tendo como investigado Osvaldo Gramann.

ESPUMOSO

1) Inquérito Civil nº 00765.00006/2010, pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, da Promotoria de Justiça de Espumoso, com a finalidade de investigar a manutenção em depósito de madeira de origem nativa, sem licença ambiental, por parte de Emílio Artur Strelow, na Localidade de Serra dos Engenheiros, Espumoso, RS.

ESTEIO

1) Inquérito Civil nº 00768.00086/2010, pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, da Promotoria de Justiça de Esteio, com a finalidade de investigar a poluição e a descaracterização ambiental causada pelo acúmulo de resíduos depositados irregularmente no terreno da empresa investigada, localizada ao final da Rua Manoel dos Santos.

FARROUPILHA

1) Inquérito Civil nº 00771.00052/2010, pelo Promotor de Justiça Leonardo Chim Lopes, da Promotoria de Justiça de Farroupilha, com a finalidade de investigar o lançamento de efluentes líquidos, diretamente em curso de água, sem nenhum tipo de tratamento.

FELIZ

1) Inquérito Civil nº 00773.00039/2010, pela Promotora de Justiça Tânia Maria Hendges Bitencourt, da Promotoria de Justiça de Feliz, com a finalidade de investigar depósito de lenha nativa sem autorização do órgão competente. Verificar, ainda, de que local provém a lenha depositada, fato ocorrido na Rua Júlio de Castilhos, s/nº, Bairro São Pedro, Município de Alto Feliz.

2) Inquérito Civil nº 00773.00040/2010, pela Promotora de Justiça Tânia Maria Hendges Bitencourt, da Promotoria de Justiça de Feliz, com a finalidade de investigar extração de basalto, na localidade de estrada Júlio de Castilhos, s/nº, localidade de São Pedro, Alto Feliz, sem possuir licenciamento ambiental e causado danos ao meio ambiente.

GARIBALDI

1) Inquérito Civil nº 31/2010, pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, da Promotoria de Justiça de Garibaldi, com a finalidade de apurar perturbação ao sossego público e poluição sonora.

2) Inquérito Civil nº 00776.00061/2010, pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, da Promotoria de Justiça de Garibaldi, com a finalidade de apurar poluição sonora proveniente de excesso de ruído provocado por gerador, sendo investigado o estabelecimento "Restaurante Só Comer".

3) Inquérito Civil nº 27/2010, pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, da Promotoria de Justiça de Garibaldi, com a finalidade de apurar a regularidade do funcionamento da empresa Laboratório Alac Ltda., consoante informações da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

4) Inquérito Civil nº 34/2010, pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, da Promotoria de Justiça de Garibaldi, com a finalidade de apurar a fiscalização e tomada de providências pelo município de Garibaldi (investigado) quanto à contribuição, por efluentes provenientes de residências e de empresas situadas neste município, para a poluição hídrica no lago do Clube Navegantes, situado este no vizinho município de Carlos Barbosa, que segundo a Divisão de Assessoramento Técnico decorre de efluentes industriais (excesso de Alumínio Total, Cobre Total, Cádmio Total e Ferro Total) e de sistemas de esgoto cloacal (excesso de fósforo total e Nitrogênio).

GRAVATAÍ

1) Inquérito Civil nº 00783.00092/2010, pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, com a finalidade de apurar a omissão da FMMA quanto à obrigatoriedade da exigência de colocação de placas informativas nos empreendimentos em processo de licenciamento ambiental municipal.

2) Inquérito Civil nº 00783.00097/2010, pelo Promotor de Justiça Daniel Martini, da Promotoria de Justiça Especializada de Gravataí, com a finalidade de investigar manutenção de pássaros silvestres em cativeiro, sem licença.

GUAÍBA

1) Inquérito Civil nº 00970.00004/2010, pelo Promotor de Justiça Valter Priebe, da Promotoria de Justiça Especializada de Guaíba, com a finalidade de apurar possível irregularidade na irrigação superficial (plantio de arroz), desvio e barragem de curso d'água na antiga Estrada Guaíba/Barra do Ribeiro, no Município de Guaíba/RS.



2) Inquérito Civil nº 00970.00005/2010, pelo Promotor de Justiça Valter Priebe, da Promotoria de Justiça Especializada de Guaíba, com a finalidade de apurar possível poluição ambiental, com descarte de produtos oriundos do petróleo diretamente no esgoto pluvial, por Edemar Silva dos Santos no Município de Guaíba/RS.

GUARANI DAS MISSÕES

1) Inquérito Civil nº 05/2010, pelo Promotor de Justiça Renato Moura Tirapelle, da Promotoria de Justiça de Guarani das Missões, com a finalidade de investigar a produção de geléias sem licenciamento ambiental.

HERVAL

1) Inquérito Civil nº 00790.00012/2010, pela Promotora de Justiça Claudia Ferraz Rodrigues Pegoraro, da Promotoria de Justiça de Herval, com a finalidade de investigar lavagem de veículos em rampa de lavagem sem licença do órgão competente.

IBIRUBÁ

1) Inquérito Civil nº 00792.00019/2010, pela Promotora de Justiça Marisaura Inês Raber Fior, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, com a finalidade de investigar a notícia obtida na Peça de Informação nº 11/2009, desta Promotoria de Justiça, de que o estabelecimento investigado, Industrial Agrícola Fortaleza Importação e Exportação Ltda, estaria utilizando água do poço artesiano situado na RS 223, Km 51, na cidade de Ibirubá/RS, sem possuir outorga do Departamento de Recursos Hídricos.

2) Inquérito Civil nº 00792.00020/2010, pela Promotora de Justiça Marisaura Inês Raber Fior, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, com a finalidade de investigar a notícia obtida na Peça de Informação nº 11/2009, desta Promotoria de Justiça, de que o estabelecimento investigado, Indústrias Ibirubenses S.A., estaria utilizando água do poço artesiano situado na Rua Frederico W. Gauer, s/n, na cidade de Ibirubá/RS, sem possuir outorga do Departamento de Recursos Hídricos.

IJUÍ

1) Inquérito Civil nº 01349.00001/2010, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Rede Ambiental Ijuí, com a finalidade de investigar reconstituição da mata ciliar na propriedade do investigado, visto que se trata de imóvel que margeia o Rio Conceição, no Município de Coronel Barros/RS.

2) Inquérito Civil nº 01349.00002/2010, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Rede Ambiental Ijuí, com a finalidade de investigar reconstituição da mata ciliar na propriedade do investigado, visto que se trata de imóvel que margeia o Rio Conceição, no Município de Coronel Barros/RS.

3) Inquérito Civil nº 01349.00003/2010, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Rede Ambiental Ijuí, com a finalidade de investigar reconstituição da mata ciliar na propriedade do investigado, visto que se trata de imóvel que margeia o Rio Conceição, no Município de Coronel Barros/RS.

4) Inquérito Civil nº 01349.00004/2010, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Rede Ambiental Ijuí, com a finalidade de investigar reconstituição da mata ciliar na propriedade do investigado, visto que se trata de imóvel que margeia o Rio Conceição, no Município de Coronel Barros/RS.

5) Inquérito Civil nº 01349.00005/2010, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Rede Ambiental Ijuí, com a finalidade de investigar reconstituição da mata ciliar na propriedade do investigado, visto que se trata de imóvel que margeia o Rio Conceição, no Município de Coronel Barros/RS.

6) Inquérito Civil nº 01349.00006/2010, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Rede Ambiental Ijuí, com a finalidade de investigar reconstituição da mata ciliar na propriedade do investigado, visto que se trata de imóvel que margeia o Rio Conceição, no Município de Coronel Barros/RS.

7) Inquérito Civil nº 01349.00007/2010, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Rede Ambiental Ijuí, com a finalidade de investigar reconstituição da mata ciliar na propriedade do investigado, visto que se trata de imóvel que margeia o Rio Conceição, no Município de Coronel Barros/RS.

8) Inquérito Civil nº 01349.00008/2010, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Rede Ambiental Ijuí, com a finalidade de investigar reconstituição da mata ciliar na propriedade do investigado, visto que se trata de imóvel que margeia o Rio Conceição, no Município de Coronel Barros/RS.

9) Inquérito Civil nº 01349.00014/2010, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Rede Ambiental Ijuí, com a finalidade de investigar reconstituição da mata ciliar na propriedade do investigado, visto que se trata de imóvel que margeia o Rio Conceição, no Município de Coronel Barros/RS.

10) Inquérito Civil nº 01349.00015/2010, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Rede Ambiental Ijuí, com a finalidade de investigar reconstituição da mata ciliar na propriedade do investigado, visto que se trata de imóvel que margeia o Rio Conceição, no Município de Coronel Barros/RS.

11) Inquérito Civil nº 01349.00016/2010, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Rede Ambiental Ijuí, com a finalidade de investigar reconstituição da mata ciliar na propriedade do investigado, visto que se trata de imóvel que margeia o Rio Conceição, no Município de Coronel Barros/RS.

12) Inquérito Civil nº 00794.00016/2010, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, com a finalidade de apurar notícia de depósito irregular de pneus usados e entulhos em imóvel pertencente à FAM Comércio de Pneus Ltda.

13) Inquérito Civil nº 00794.00047/2010, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Promotoria de Justiça Cível de Ijuí, com a finalidade de apurar notícia de ocupação irregular de Área de Preservação Permanente no bairro São José com disposição de aterro e entulhos sobre lotes urbanos.

14) Inquérito Civil nº 01349.00129/2010, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Rede Ambiental Ijuí, com a finalidade de investigar reconstituição da mata ciliar na propriedade do investigado, visto que se trata de imóvel que margeia o Rio Conceição, no interior do Município de Coronel Barros.

15) Inquérito Civil nº 01349.00130/2010, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Rede Ambiental Ijuí, com a finalidade de investigar reconstituição da mata ciliar na propriedade do investigado, visto que se trata de imóvel que margeia o Rio Conceição, no interior do Município de Coronel Barros.



16) Inquérito Civil nº 01349.00131/2010, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Rede Ambiental Ijuí, com a finalidade de investigar reconstituição da mata ciliar na propriedade do investigado, visto que se trata de imóvel que margeia o Rio Conceição, no interior do Município de Coronel Barros.

17) Inquérito Civil nº 01349.00132/2010, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Rede Ambiental Ijuí, com a finalidade de investigar reconstituição da mata ciliar na propriedade do investigado, visto que se trata de imóvel que margeia o Rio Conceição, no interior do Município de Coronel Barros.

18) Inquérito Civil nº 01349.00133/2010, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Rede Ambiental Ijuí, com a finalidade de investigar reconstituição da mata ciliar na propriedade do investigado, visto que se trata de imóvel que margeia o Rio Conceição, no interior do Município de Coronel Barros.

19) Inquérito Civil nº 01349.00134/2010, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Rede Ambiental Ijuí, com a finalidade de investigar reconstituição da mata ciliar na propriedade do investigado, visto que se trata de imóvel que margeia o Rio Conceição, no interior do Município de Coronel Barros.

20) Inquérito Civil nº 01349.00135/2010, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Rede Ambiental Ijuí, com a finalidade de investigar reconstituição da mata ciliar na propriedade do investigado, visto que se trata de imóvel que margeia o Rio Conceição, no interior do Município de Coronel Barros.

21) Inquérito Civil nº 01349.00136/2010, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Rede Ambiental Ijuí, com a finalidade de investigar reconstituição da mata ciliar na propriedade do investigado, visto que se trata de imóvel que margeia o Rio Conceição, no interior do Município de Coronel Barros.

22) Inquérito Civil nº 01349.00137/2010, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Rede Ambiental Ijuí, com a finalidade de investigar reconstituição da mata ciliar na propriedade do investigado, visto que se trata de imóvel que margeia o Rio Conceição, no interior do Município de Coronel Barros.

23) Inquérito Civil nº 01349.00138/2010, pela Promotora de Justiça Diolinda Kurrle Hannusch, da Rede Ambiental Ijuí, com a finalidade de investigar reconstituição da mata ciliar na propriedade do investigado, visto que se trata de imóvel que margeia o Rio Conceição, no interior do Município de Coronel Barros.

IRAÍ

1) Inquérito Civil nº 00796.00008/2010, pelo Promotor de Justiça Rogério Fava Santos, da Promotoria de Justiça de Iraí, com a finalidade de infração ambiental, tendo por investigado Pedro da Costa, conforme Termo Circunstanciado Ambiental nº 2.2.021202.62/10-07, do Comando Ambiental da Brigada Militar de Frederico Westphalen, noticiando a supressão de vegetação nativa sem licença ambiental, na Rua Duque de Caxias, 1602, em Iraí/RS.

JAGUARÃO

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 42/2010, pelo Promotor de Justiça Rogério Meirelles Caldas, da Promotoria de Justiça de Jaguarão, com a finalidade de esclarecer Realização de obras necessárias a execução do transbordo do lixo nos galpões da Transportadora Sena.

LAGOA VERMELHA

1) Inquérito Civil nº 00801.00048/2010, pela Promotora de Justiça Carolina Barth Loureiro, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, com a finalidade de apurar o corte de 42 árvores nativas, na propriedade do investigado, localizada no Rincão Comprido, interior do município de Capão Bonito do Sul, sem autorização do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil nº 00801.00050/2010, pela Promotora de Justiça Carolina Barth Loureiro, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, com a finalidade de apurar corte irregular de 19 (dezenove) araucárias e 04 (quatro) árvores nativas folhosas (cedros), fora da área de preservação permanente.

MONTENEGRO

1) Inquérito Civil nº 01175.00056/2010, pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto, da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro, com a finalidade de investigar supressão de vegetação nativa e exótica às margens de córrego e início das obras de canalização deste, sem autorização dos órgãos competentes.

2) Inquérito Civil nº 01175.00057/2010, pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto, da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro, com a finalidade de investigar depósito irregular de resíduos sólidos sem licença ambiental.

3) Inquérito Civil nº 01175.00058/2010, pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto, da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro, com a finalidade de investigar queima de resíduos florestais de Acácia Negra sem finalidade fitossanitária.

4) Inquérito Civil nº 01175.00059/2010, pelo Promotor de Justiça Thomás Henrique de Paola Colletto, da Promotoria de Justiça Especializada de Montenegro, com a finalidade de apurar a exploração irregular de poços artesianos para consumo humano, sem a devida outorga de uso pelo DRH e em desacordo com a Portaria 518 do Ministério da Saúde, de responsabilidade do Município de Pareci Novo.

NOVO HAMBURGO

1) Inquérito Civil nº 00814.00117/2010, pelo Promotor de Justiça Manoel Luiz Prates Guimarães, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, com a finalidade de investigar possível poluição atmosférica.

2) Inquérito Civil nº 00814.00118/2010, pelo Promotor de Justiça Manoel Luiz Prates Guimarães, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, com a finalidade de investigar possíveis atos de maus tratos contra animal da espécie canina.

3) Inquérito Civil nº 00814.00119/2010, pelo Promotor de Justiça Manoel Luiz Prates Guimarães, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, com a finalidade de investigar possível depósito irregular de lixo.



4) Inquérito Civil nº 00814.00123/2010, pelo Promotor de Justiça Manoel Luiz Prates Guimarães, da Promotoria de Justiça Especializada de Novo Hamburgo, com a finalidade de investigar possível emissão excessiva de ruídos causada pela Igreja Assembléia de Deus, situada na Rua Arthur Momberger, nº 134, Vila Dihel, Novo Hamburgo.

PALMEIRA DAS MISSÕES

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 42/2010, pelo Promotor de Justiça João Paulo Bittencourt Cardozo, da Promotoria de Justiça de Palmeira das Missões, com a finalidade de apurar recuperação/preservação das Áreas de Preservação Permanente das nascentes do Rio Macaco, no Município de Palmeira das Missões, conforme elementos carreados aos autos do Procedimento Administrativo nº 00818.00038/2009.

PELOTAS

1) Inquérito Civil nº 00824.00018/2010, pelo Promotor de Justiça Jaime Nudilemon Chatkin, da Promotoria de Justiça de Pelotas, com a finalidade de apurar possível poluição atmosférica causada por secagem de arroz, em Pelotas.

2) Inquérito Civil nº 00824.00070/2010, pelo Promotor de Justiça Jaime Nudilemon Chatkin, da Promotoria de Justiça de Pelotas, com a finalidade de apurar atividade de Madeireira, em Pelotas.

3) Inquérito Civil nº 00824.00071/2010, pelo Promotor de Justiça Jaime Nudilemon Chatkin, da Promotoria de Justiça de Pelotas, com a finalidade de apurar lançamento de efluentes não tratados por parte da Cooperativa Sulriograndense de Laticínios Ltda., em Capão do Leão.

4) Inquérito Civil nº 00824.00078/2010, pelo Promotor de Justiça Jaime Nudilemon Chatkin, da Promotoria de Justiça de Pelotas, com a finalidade de investigar atividade de Borracharia sem licença ambiental, em Pelotas.

PORTO ALEGRE

1) Inquérito Civil nº 00833.00086/2010, pela Promotora de Justiça Annelise Monteiro Steigleder, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, com a finalidade de apurar poluição sonora dos estabelecimentos Chairs Bar e restaurante Ltda ME e Live Sport Pub Bar e Restaurante Ltda.

2) Inquérito Civil nº 00833.00088/2010, pelo Promotor de Justiça Alexandre Sikinowski Saltz, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, com a finalidade de apurar corte de vegetação de porte pequeno e grande e folhosas exóticas.

3) Inquérito Civil nº 00833.00091/2010, pelo Promotor de Justiça Carlos Roberto Lima Paganella, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, com a finalidade de averiguar regularidade da construção de Condomínio.

4) Inquérito Civil nº 00833.00092/2010, pelo Promotor de Justiça Alexandre Sikinowski Saltz, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, com a finalidade de averiguar instalação de ERB sem licença do órgão competente.

5) Inquérito Civil nº 00833.00093/2010, pela Promotora de Justiça Annelise Monteiro Steigleder, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, com a finalidade de averiguar instalação de ERB sem licença do órgão competente.

6) Inquérito Civil nº 00833.00095/2010, pela Promotora de Justiça Annelise Monteiro Steigleder, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, com a finalidade de apurar poluição sonora.

7) Inquérito Civil nº 00833.00096/2010, pelo Promotor de Justiça Alexandre Sikinowski Saltz, da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, com a finalidade de apurar dano ambiental pela empresa Alphaville.

QUARAÍ

1) Inquérito Civil nº 00850.00020/2010, pelo Promotor de Justiça Alessandro Salazar Rossatto, da Promotoria de Justiça de Quaraí, com a finalidade de investigar uso de fogo em área agropastoril e demais formas de vegetação sem tomar as precauções adequadas com repercussão em duas outras propriedades lindeiras.

2) Inquérito Civil nº 00850.00021/2010, pelo Promotor de Justiça Alessandro Salazar Rossatto, da Promotoria de Justiça de Quaraí, com a finalidade de investigar corte de vegetação nativa (espinilho) sem munir-se da licença ou autorização do órgão ambiental competente.

RONDA ALTA

1) Inquérito Civil nº 29/2010, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, com a finalidade de noticiar funcionamento de uma fábrica de móveis e aberturas, de propriedade de Eduardo Citolin, sem licença dos órgãos ambientais competentes, estabelecida na Avenida Presidente Vargas, nº 193, em Ronda Alta.

2) Inquérito Civil nº 30/2010, pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, com a finalidade de noticiar funcionamento de uma fábrica de esquadrias e serralheria de produtos metálicos, de propriedade de Elias Henrique Taufer, sem licença dos órgãos ambientais competentes, estabelecida na Avenida Presidente Vargas, nº 2181, em Ronda Alta.

ROSÁRIO DO SUL

1) Inquérito Civil nº 014/2010, pela Promotora de Justiça Fernanda Broll Carvalho, da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul, com a finalidade de apurar possível dano ambiental consistente na realização de obras em açude e construção de barramento para contenção de água de sanga, figurando como investigado Everson Biscaglia Mozzaquatro.

SALTO DO JACUÍ

1) Inquérito Civil nº 01129.00011/2010, pelo Promotor de Justiça Martin Albino Jora, da Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí, com a finalidade de investigar Corte raso de duas árvores de espécie nativa, vulgarmente conhecidas por Vacunzeiro e Timbó, fora da área de preservação permanente, sem autorização da autoridade competente, fato cometido, em tese, por Teodoro Melo Linhares em sua propriedade rural, situada na localidade de Serra dos Engenhos, município de Jacuizinho/RS, consoante relatório ambiental nº 059/10 do Comando Ambiental da Brigada Militar.



2) Inquérito Civil nº 01129.00012/2010, pelo Promotor de Justiça Martin Albino Jora, da Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí, com a finalidade de investigar Corte raso de vinte e nove árvores nativas, de espécies como Pitangueira (*Eugenia uniflora*), Angico (*Parapiptadenia rígida*), Canela (*Nectandra lanceolata*) e Maricá (*Mimosa bimucronata*), entre outras, em dois locais distintos, fora da área de preservação permanente, sem autorização da autoridade competente, fato cometido, em tese, por Neronte Antunes Vieira em sua propriedade rural, situada na localidade de Serra dos Engenhos, município de Jacuizinho/RS, consoante relatório ambiental nº 062/10 do Comando Ambiental da Brigada Militar.

3) Inquérito Civil nº 01129.00014/2010, pelo Promotor de Justiça Martin Albino Jora, da Promotoria de Justiça de Salto do Jacuí, com a finalidade de investigar Corte raso de vinte e cinco árvores nativas, de espécies vulgarmente conhecidas, dentre outras, como "Araucárias", "Canela cheirosa" e "Timbós", em dois locais distintos, fora da área de preservação permanente, além da existência de uma pedreira de basalto abandonada, sem autorização dos órgãos competentes, na propriedade rural de Leonel Antunes Vieira, situada na localidade de Serra dos Engenhos, município de Jacuizinho, consoante relatório ambiental nº 061/10 do Comando Ambiental da Brigada Militar.

SANTA CRUZ DO SUL

1) Inquérito Civil nº 00861.00044/2010, pela Promotora de Justiça Roberta Brenner de Moraes, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar dano ambiental consistente no transporte de madeira nativa, sem autorização da autoridade ambiental competente, por parte de Celso Adriano Butzge, em São Martinho Wenner, município de Santa Cruz do Sul.

SANTA MARIA

1) Inquérito Civil nº 00864.00139/2010, pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de verificar possível ocorrência de funcionamento irregular de lavagem de carros no Bairro Camobi, neste Município.

2) Inquérito Civil nº 00864.00140/2010, pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de investigar poluição sonora decorrente das atividades do salão de festas do Condomínio Céu Azul, neste Município.

3) Inquérito Civil nº 00864.00141/2010, pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de investigar poluição sonora decorrente das atividades de Serralheria localizada no Bairro KM 03, neste Município.

4) Inquérito Civil nº 00864.00142/2010, pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de investigar corte e poda de vegetação nativa em área urbana localizada no Bairro Noal, neste Município.

5) Inquérito Civil nº 00864.00143/2010, pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de investigar loteamento irregular em APP em Santa Maria.

6) Inquérito Civil nº 00864.00144/2010, pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de investigar perturbação do sossego público por veículos automotores com som alto.

7) Inquérito Civil nº 00864.00145/2010, pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de investigar degradação ambiental do arroio Cancela, ocasionada por obra na Alameda Buenos Aires, lote 6, Quadra G.

8) Inquérito Civil nº 00864.00152/2010, pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de investigar Falta esgoto cloacal na Rua Miosóitis, 76, Santa Maria.

SANTA ROSA

1) Inquérito Civil nº 90/2010, pelo Promotor de Justiça Janor Lerch Duarte, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa, com a finalidade de averiguar a possível ocorrência de exploração econômica de área de preservação permanente, na localidade de Linha Cascata, interior do Município de Santa Rosa (RS), levada a termo por Alfredo Aloísio Schmidt, portador do Registro Geral nº 2025382173, residente na localidade de Linha Cascata, interior do Município de Santa Rosa (RS).

2) Inquérito Civil nº 91/2010, pelo Promotor de Justiça Janor Lerch Duarte, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa, com a finalidade de averiguar a possível ocorrência de exploração econômica de área de preservação permanente, nas proximidades do KM 10, às margens da BR 472, na localidade de Bela União, interior do Município de Santa Rosa (RS), levada a termo por Dione Pascotini e Paulo César Pascotini, residentes na Super Quadra Norte – SQN, nº 305, Bloco L, ap. 111, Asa Norte, Brasília (DF), CEP 70.737-120, fone (61) 9228 6137.

3) Inquérito Civil nº 00867.00092/2010, pelo Promotor de Justiça Janor Lerch Duarte, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa, com a finalidade de averiguar a possível realização de obra pública em desconformidade com a Licença de Instalação, no Bairro Sulina, Município de Santa Rosa (RS), levada a termo pela Companhia

4) Inquérito Civil nº 93/2010, pelo Promotor de Justiça Janor Lerch Duarte, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa, com a finalidade de averiguar a possível ocorrência de exploração econômica de área de preservação permanente, na localidade de Esquina Louro, Bela União, interior do Município de Santa Rosa (RS), levada a termo por HUGO KLUG, portador do Registro Geral nº 1061058663, residente na localidade de Esquina Louro, Bela União, interior do Município de Santa Rosa (RS).

5) Inquérito Civil nº 00867.00094/2010, pelo Promotor de Justiça Janor Lerch Duarte, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa, com a finalidade de averiguar a possível ocorrência de exploração econômica de área de preservação permanente, na localidade de Linha Cascata, interior do Município de Santa Rosa (RS), levada a termo por João Luiz Traesel, portador do Registro Geral nº 8012946896, residente na Rua Fernando Albino, 201, Centro, Município de Santa Rosa (RS).



6) Inquérito Civil nº 00867.00095/2010, pelo Promotor de Justiça Janor Lerch Duarte, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa, com a finalidade de apurar a possível ocorrência de exploração econômica de área de preservação permanente, na BR 472, Km 10, Bela União, interior do Município de Santa Rosa (RS).

SANT'ANA DO LIVRAMENTO

1) Inquérito Civil nº 00858.00023/2010, pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, da Promotoria de Justiça de Sant'ana do Livramento, com a finalidade de apurar os fatos relativos ao transporte e depósito de lenha nativa, sem licença ambiental, por parte do Sr. Ronaldo Vasconcellos de Menezes, conforme Termo Circunstanciado Ambiental POA nº 131/08/Jul-10 e respectiva documentação.

2) Inquérito Civil nº 00858.00024/2010, pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, da Promotoria de Justiça de Sant'ana do Livramento, com a finalidade de apurar os fatos relativos ao corte raso, sem licença ambiental, em Área de Preservação Ambiental, de árvores nativas da mata ciliar do Rio Ibirapuitã, na Fazenda Santa Maria, localidade São Diogo, Passo do Mineiro, neste Município, de propriedade do Sr. Lauro Silveira Maciel, conforme Termo Circunstanciado Ambiental POA nº 131/35/Ago-10.

3) Inquérito Civil nº 00858.00025/2010, pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, da Promotoria de Justiça de Sant'ana do Livramento, com a finalidade de apurar os fatos relativos aos danos ambientais causados em decorrência de corte seletivo de árvores nativas em chácara arrendada pela Sra. Sandra Rodrigues Mathias, localizada na Estrada Rincão da Bolsa nº 800, neste Município, bem como o transporte da respectiva lenha por parte do Sr. Paulo Roberto Silveira Fernandes, ambos sem licença do órgão ambiental competente, conforme Termos Circunstanciados Ambientais POAs nºs. 131/31/Ago-10 e 132/32/Ago-10.

4) Inquérito Civil nº 00858.00026/2010, pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, da Promotoria de Justiça de Sant'ana do Livramento, com a finalidade de apurar derramamento de óleo no Arroio Carajás, proveniente da operação de uma rampa de lavagem e troca de óleo da empresa ICCILA – Indústria, Comércio e Construções IBAGÉ Ltda., situada na altura do KM 05 da BR 158, neste Município, sem licença do órgão ambiental competente, consoante Procedimento em Prisão em Flagrante POA nº 131/26/26/Jul-10, do 3º Pelotão Ambiental da Brigada Militar.

5) Inquérito Civil nº 00858.00027/2010, pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, da Promotoria de Justiça de Sant'ana do Livramento, com a finalidade de apurar execução de obra de aterro, terraplanagem e estrada em Área de Preservação Permanente – APP por parte do Sr. Odonio de Quadros no lote nº 28 do Assentamento Figueira, interior do Município, sem licença do órgão ambiental competente, consoante POA nº 131/27/26/Jul-10, do 3º Pelotão Ambiental da Brigada Militar, e respectiva documentação.

6) Inquérito Civil nº 00858.00028/2010, pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, da Promotoria de Justiça de Sant'ana do Livramento, com a finalidade de apurar depósito de lenha nativa na residência do Sr. Miguel Diaz Rodrigues, situada na Rua Uruguai, 1.248, Centro, nesta Cidade, sem licença do órgão ambiental competente, consoante Termo Circunstanciado Ambiental POA nº 131/23/26/Jun-10, do 3º Pelotão Ambiental da Brigada Militar, e respectiva documentação.

7) Inquérito Civil nº 00858.00029/2010, pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, da Promotoria de Justiça de Sant'ana do Livramento, com a finalidade de apurar os fatos relativos à constatação da presença de resíduos de serviços de saúde com identificação do Centro Hospitalar Santanense – CHS, consoante Relatório Técnico Parcial de Monitoramento do Aterro Controlado do Rincão da Bolsa, e respectiva documentação.

SANTIAGO

1) Inquérito Civil nº 01223.00030/2010, pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental consistente na destruição de mata nativa, na propriedade de José Ênio Freitas Rosado, situada na localidade de Passo do Valo, interior do Município de Capão do Cipó-RS, sem autorização do órgão ambiental competente.

2) Inquérito Civil nº 01223.00031/2010, pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Santiago, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental consistente na destruição de mata nativa, fora de APP, na propriedade de Bartira Indaiara Teixeira Batistella, situada na localidade de Rincão do Xará, interior do Município de Itacurubi-RS, sem autorização do órgão ambiental competente.

3) Inquérito Civil nº 01223.00032/2010, pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Santiago, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental consistente na destruição de mata nativa, na propriedade de Marco Ademir Scalção Zanella, situada na localidade de Iguariacá, interior do Município de Unistalda-RS, em desacordo com autorização do órgão ambiental competente.

4) Inquérito Civil nº 01223.00034/2010, pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Santiago, com a finalidade de apurar o funcionamento de empresa revendedora de gás liquefeito de petróleo, no Município de Unistalda-RS, sem a devida licença de operação expedida pelo órgão ambiental competente.

SANTO ÂNGELO

1) Inquérito Civil nº 00872.00112/2010, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental oriundo do lançamento de esgoto doméstico na rede pluvial existente nas Ruas Marquês de Tamandaré e XV de Novembro, nesta Cidade, o que está provocando mau cheiro no local.

2) Inquérito Civil nº 00872.00115/2010, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental oriundo das atividades desenvolvidas pelo estabelecimento comercial denominado OFICINA DE RADIADORES KREBS.

3) Inquérito Civil nº 126/2010, pela Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, com a finalidade de apurar o dano ambiental oriundo da destruição de vegetação nativa, fora de área de preservação permanente.



4) Inquérito Civil nº 00872.00393/2009, a Promotora de Justiça Paula Regina Mohr, da Promotoria de Justiça Especializada de Santo Ângelo, com a finalidade de apurar dano ambiental oriundo da canalização do córrego.

SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

1) Inquérito Civil nº 00875.00033/2010, pelo Promotor de Justiça Reginaldo Freitas da Silva, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, com a finalidade de apurar notícia de atividade comercial de extração de pedra sem licença ambiental e ocorrência de danos ambientais pelo corte de espécies nativas.

SANTO ANTÔNIO DAS MISSÕES

1) Inquérito Civil nº 00947.00010/2010, pelo Promotor de Justiça Valério Cogo, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio das Missões, com a finalidade de apurar a ocorrência de animais perigosos transitando em via pública.

2) Inquérito Civil nº 00947.00011/2010, pelo Promotor de Justiça Valério Cogo, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio das Missões, com a finalidade de apurar a ocorrência de animais perigosos transitando em via pública.

SANTO AUGUSTO

1) Aditamento à Portaria de Instauração do Inquérito Civil nº 00876.00015/2006, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, da Promotoria de Justiça de Santo Augusto, com a finalidade de incluir como investigado o proprietário da área, Leandro Luis Dal Osto e incluir como objeto a apuração de supressão de mata ciliar (vegetação nativa e gramíneas) junto ao córrego situado na propriedade localizada na Avenida Pedro Campos, no Município de Santo Augusto, através do aterramento da área, ocorrido no final de 2009 e início de 2010.

2) Inquérito Civil nº 00876.00006/2010, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, da Promotoria de Justiça de Santo Augusto, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental ocorrido na Localidade de Rincão dos Pires, no Município de Inhacorá, praticado pelo investigado entre os meses de julho e agosto de 2010, consistente no envaletamento e drenagem de uma área de 6.000 m² (seis mil metros quadrados), resultando na danificação de vegetação típica de banhado de pequeno porte, para fins de lavoura, local considerado de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente.

3) Inquérito Civil nº 00876.00007/2010, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, da Promotoria de Justiça de Santo Augusto, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental ocorrido na Localidade de Linha Mineiro, no Município de São Martinho, praticado pelo investigado, em julho de 2010, consistente no corte e retirada de árvores exóticas e nativas (dentre elas, coqueiro e vegetação típica de banhado) em uma área de 3.000 m² (três mil metros quadrados), a menos de 30 (trinta) metros de um córrego e uma nascente, local considerado de preservação permanente, sem autorização do órgão ambiental competente.

4) Inquérito Civil nº 00876.00008/2010, pela Promotora de Justiça Marlise Cordenonsi Bortoluzzi, da Promotoria de Justiça de Santo Augusto, com a finalidade de apurar eventual dano ambiental ocorrido na Linha Bom Sossego, no Município de São Martinho, praticado pelo investigado, em julho de 2010, consistente no corte de 20 (vinte) árvores nativas, sendo 03 (três) canela-de veado, 01 (uma) camboatá, 02 (dois) açoita-cavalo, 10 (dez) louros, 01 (uma) mamica de cadela, 01 (uma) cabreúva e 02 (duas) canela-louro, para fins de lavoura, sem autorização do órgão ambiental competente.

SÃO JERÔNIMO

1) Inquérito Civil nº 00887.00024/2010, pela Promotora de Justiça Karen De Vasconcellos Daubermann, da Promotoria de Justiça Especializada de São Jerônimo, com a finalidade de apurar possível dano ambiental causado pela empresa de produção e empacotamento de carvão vegetal, sem licença do órgão competente, localizada na Rua João Ramiz Ruiz, em São Jerônimo, de propriedade de Régis Amaro Mendes Magalhães.

SÃO LEOPOLDO

1) Inquérito Civil nº 00890.00046/2010, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, com a finalidade de investigar Aterramento de vertentes na área de terras localizada no Bairro Lago Fazenda São Borja, nesta cidade.

2) Inquérito Civil nº 00890.00047/2010, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, com a finalidade de investigar má qualidade do ar nas imediações da Rua Capitão Armino Bier com a Avenida Thomas Edson, nesta cidade.

3) Inquérito Civil nº 00890.00048/2010, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, com a finalidade de investigar comércio irregular de GLP.

4) Inquérito Civil nº 00890.00049/2010, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, com a finalidade de investigar poluição atmosférica.

5) Inquérito Civil nº 00890.00050/2010, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, com a finalidade de investigar poluição sonora.

6) Inquérito Civil nº 00890.00053/2010, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, com a finalidade de investigar dano ambiental devido à extração de argila na área de terras localizada na Estrada do Socorro, s/n, Bairro Arroio da Manteiga, nesta cidade.

7) Inquérito Civil nº 00890.00054/2010, pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, com a finalidade de investigar dano ambiental.

SOLEDADE

1) Inquérito Civil nº 00907.00034/2010, pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, da Promotoria de Justiça de Soledade, com a finalidade de apurar depósito e venda irregular de agrotóxicos.

2) Inquérito Civil nº 00907.00036/2010, pela Promotora de Justiça Suzane Hellfeldt, da Promotoria de Justiça de Soledade, com a finalidade de apurar irregularidades no depósito de produtos de origem florestal.

TEUTÔNIA

1) Inquérito Civil nº 00953.00021/2010, pelo Promotor de Justiça Jair João Franz, da Promotoria de Justiça de Teutônia, com a finalidade de investigar atividade industrial potencialmente poluidora, sem licença ambiental.



TORRES

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 089/2010, pelo Promotor de Justiça Vinicius de Melo Lima, da Promotoria de Justiça de Torres, com a finalidade de investigar ocorrência de utilização irregular de produtos agrotóxicos, com manipulação e aplicação junto a ponto de captação de água para consumo humano e animal.

TRAMANDAÍ

1) Inquérito Civil nº 00915.00058/2010, pela Promotora de Justiça Maria do Carmo Baierle Guaraná, da Promotoria de Justiça de Tramandaí, com a finalidade de apurar rampa de lavagem sem a devida licença da Fepam.

2) Inquérito Civil nº 00915.00059/2010, pela Promotora de Justiça Maria do Carmo Baierle Guaraná, da Promotoria de Justiça de Tramandaí, com a finalidade de apurar acúmulo de serragem a céu aberto.

3) Inquérito Civil nº 00915.00060/2010, pela Promotora de Justiça Maria do Carmo Baierle Guaraná, da Promotoria de Justiça de Tramandaí, com a finalidade de apurar maus tratos a animal equino.

4) Inquérito Civil nº 00915.00061/2010, pela Promotora de Justiça Maria do Carmo Baierle Guaraná, da Promotoria de Justiça de Tramandaí, com a finalidade de apurar construção irregular em APP.

5) Inquérito Civil nº 00915.00062/2010, pela Promotora de Justiça Maria do Carmo Baierle Guaraná, da Promotoria de Justiça de Tramandaí, com a finalidade de apurar lançamento de efluentes líquidos.

6) Inquérito Civil nº 00915.00071/2010, pela Promotora de Justiça Maria do Carmo Baierle Guaraná, da Promotoria de Justiça de Tramandaí, com a finalidade de apurar Construções irregulares em área de preservação permanente – dunas de Cidreira.

7) Inquérito Civil nº 00915.00073/2010, pela Promotora de Justiça Maria do Carmo Baierle Guaraná, da Promotoria de Justiça de Tramandaí, com a finalidade de apurar água de chuva acumulada no Centro de Cidreira, no arredores da Estação Rodoviária, próximo às avenidas Mostardeiro e Osvaldo Aranha.

8) Inquérito Civil nº 00915.00074/2010, pela Promotora de Justiça Maria do Carmo Baierle Guaraná, da Promotoria de Justiça de Tramandaí, com a finalidade de apurar Mortandade de peixes do gênero carpa no Lago da Fonte em Imbé.

9) Inquérito Civil nº 00915.00075/2010, pela Promotora de Justiça Maria do Carmo Baierle Guaraná, da Promotoria de Justiça de Tramandaí, com a finalidade de investigar fábrica de artefatos de cimento sem licença de operação da Fepam.

TRÊS COROAS

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 010/2010, pelo Promotor de Justiça Daniel Ramos Gonçalves, da Promotoria de Justiça de Três Coroas, com a finalidade de investigar possível prática de maus-tratos de animais domésticos, tendo em vista que mantinham em um galpão localizado na Rua Bororó, nº 121, Vila Dreher, criação de galos e petrechos para a realização de rinha de galos.

TRÊS PASSOS

1) Inquérito Civil nº 00917.00017/2010, pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental decorrente do impedimento de regeneração natural de vegetação.

2) Inquérito Civil nº 00917.00018/2010, pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental em decorrência de descapoeiramento de rebrote, através de corte raso, de folhosas nativas de pequeno porte.

3) Inquérito Civil nº 00917.00019/2010, pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental pela drenagem de banhado.

4) Inquérito Civil nº 00917.00020/2010, pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de apurar ocorrência de dano ambiental em decorrência da existência de estrebaria de gado leiteiro, com esterqueira, em APP.

5) Inquérito Civil nº 00917.00021/2010, pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental em decorrência da utilização de herbicida em área urbana e APP.

6) Inquérito Civil nº 00917.00022/2010, pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental consistente na atividade de suinocultura exercida de forma irregular.

7) Inquérito Civil nº 00917.00023/2010, pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental em decorrência da aplicação de herbicida secante em área urbana.

8) Inquérito Civil nº 00917.00024/2010, pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental em decorrência do vazamento de soro de leite a céu aberto, em fábrica de laticínios.

9) Inquérito Civil nº 00917.00025/2010, pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental em decorrência da extração de pedras, com escavação, ao longo da margem de uma estrada e destruição de folhosas nativas de pequeno e médio porte.

10) Inquérito Civil nº 00917.00026/2010, pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental pela realização de queimada para fins agropastoris.

11) Inquérito Civil nº 00917.00027/2010, pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de apurar manutenção de depósito irregular de madeira nativa.



12) Inquérito Civil nº 00917.00029/2010, pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de apurar ocorrência de dano ambiental em decorrência do corte de quatro folhosas nativas de grande porte, vendidas a terceiros, sem autorização do órgão ambiental competente.

13) Inquérito Civil nº 00917.00030/2010, pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental em decorrência de depósito de madeira nativa, sem a devida licença ambiental.

14) Inquérito Civil nº 00917.00031/2010, pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de apurar possível ocorrência de dano ambiental em decorrência de uso de fogo para fins agropastoris.

15) Inquérito Civil nº 00917.00032/2010, pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de apurar ocorrência de dano ambiental em decorrência do corte de dez folhosas nativas de médio e grande porte, sem licença do órgão ambiental competente.

16) Inquérito Civil nº 00917.00033/2010, pela Promotora de Justiça Dinamércia Maciel de Oliveira, da Promotoria de Justiça de Três Passos, com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental em decorrência da ampliação de um açude em APP.

TRIUNFO

1) Inquérito Civil instaurado pela Portaria nº 14/10, pela Promotora de Justiça Rosângela Mazzuco, da Promotoria de Justiça de Triunfo, com a finalidade de apurar eventuais danos ao meio ambiente, ante a prática do investigado, e, ainda, de coletar dados para possibilitar ajuizamento de possível ação civil pública ou a realização de termo de ajustamento com o responsável.

TUCUNDUVA

1) Inquérito Civil nº 00919.00008/2010, pela Promotora de Justiça Anamaria Thomaz, da Promotoria de Justiça de Tucunduva, com a finalidade de investigar substituição de espécies arbóreas localizadas nos passeios do Município de Tucunduva.

2) Inquérito Civil nº 00919.00009/2010, pela Promotora de Justiça Anamaria Thomaz, da Promotoria de Justiça de Tucunduva, com a finalidade de investigar destruição de 350m2 de vegetação nativa sucessora na borda de mata nativa, na propriedade do investigado, localizada na Linha Boa União, Município de Novo Machado, RS. Foram destruídos exemplares de timbó, grandiúva, fumo bravo, entre outros, fora da área de preservação permanente.

VENÂNCIO AIRES

1) Inquérito Civil nº 00927.00005/2010, pelo Promotor de Justiça Júlio César de Melo, da Promotoria de Justiça de Venâncio Aires, com a finalidade de apurar a prática de danos ambientais em vista do corte de árvores em área de preservação permanente sem permissão da autoridade competente e da exploração de floresta nativa sem aprovação prévia do órgão ambiental competente, na propriedade do Sr. André Armani, sita na Vila Serafim Schmidt, zona rural no Município de Boqueirão do Leão - RS.

2) Inquérito Civil nº 00927.00008/2010, pelo Promotor de Justiça Júlio César de Melo, da Promotoria de Justiça de Venâncio Aires, com a finalidade de apurar a ocorrência de poluição (sonora e de resíduos) por parte da empresa GRAN-VALE, MÁRMORES E GRANITOS LTDA., situada na Rua Osvaldo Aranha, nº 1950, Centro, em Venâncio Aires -RS.

3) Inquérito Civil nº 00927.00009/2010, pelo Promotor de Justiça Júlio César de Melo, da Promotoria de Justiça de Venâncio Aires, com a finalidade de apurar a ocorrência de poluição sonora por parte do estabelecimento comercial Recanto do Pancho, situado na Rua Tiradentes, Centro, em Venâncio Aires - RS.

VERANÓPOLIS

1) Inquérito Civil nº 00929.00044/2010, pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, com a finalidade de investigar poluição sonora pela boate "Boate do clube soal".

2) Inquérito Civil nº 00929.00045/2010, pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, com a finalidade de apurar denúncia de esgoto a céu aberto no bairro medianeira 3.

3) Inquérito Civil nº 00929.00046/2010, pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, com a finalidade de investigar atividade de avicultura sem licença de operação.

4) Inquérito Civil nº 00929.00179/2008, pelo Promotor de Justiça Lucio Flavo Miotto, da Promotoria de Justiça de Veranópolis, com a finalidade de investigar atividade de suinocultura e avicultura em desacordo com licenciamento ambiental.

VIAMÃO

1) Inquérito Civil nº 00930.00043/2010, pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman, da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão, com a finalidade de Investigar eventuais irregularidades e danos ambientais no tocante à construção de residências em suposto bem imóvel pertencente ao Município de Viamão, localizado na Rua José Martins, nº 719, Lomba Tarumã.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de outubro de 2010.

JÚLIO ALFREDO DE ALMEIDA,

Coordenador do Centro de Operacional de Defesa do Meio Ambiente.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.